INDÍGENAS

Índios voltam a denunciar pressões contra demarcação

Lideranças apontam violência contra tribos

J.C. MOURA

Vicente Viana acusa pistoleiros de ameaça à sua tribo

Índios cearenses voltam a denunciar as dificuldades em relação à questão da demarcação de suas terras. Ontem, as lideranças dos povos Tapeba, Tremembé e Pitaguari foram à sede da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, oportunidade em que reafirmaram as constantes pressões sofridas da parte de grupos interessados em dificultar a ação da Funai, com respeito à sua causa. Denunciaram espancamentos de índios e mortes de animais. O encontro foi promovido pelo Fórum Cearense em Defesa dos Direitos Indigenistas.

O cacique dos Tremembé, Vicente Viana Damasceno, expôs a violência da parte de "pistoleiros armados" que vivem atuando próximo à área. "Dia cinco último, eles espancaram um índio nosso e chegaram a dar tiros. Só não o mataram porque índio é como piolho de cobra" — diz, reforçando a sua tese de resistência.

Alguns índios denunciaram que as poucas criações de animais que eles têm estão sendo dizimadas toda vez que algum deles chega próximo à área "invadida". De 1962, quando começou a luta pela demarcação, até hoje, os índios contabilizam um saldo de três mortes provocadas pelos "capangas", que passaram a circular nas terra da tribo. "Agora mais recentemente, eles tentam nos intimidar com o envio de policiais de Itarema e Itapipoca" — conta o cacique, interessado em que a comunidade cearense se conscientize do drama que a nação Tremembé está vivendo há mais de 30 anos.

"Eles dizem que não existem mais índios, mas o patrimônio vivo de Almofala é a nossa gente. O nosso sangue é o mesmo dos nossos pais" — comentou o cacique, acreditando que a palavra da Justiça será em favor dos três mil indígenas que restam de sua tribo.

Processo passa por correção

Para o Administrador-Regional da Funai, Manoel Marcus da Silva, a questão dos índios Tremembé está sendo avaliada atualmente em nível de Brasília. Já foram providenciadas a identificação. O processo, no entanto, foi devolvido com pedido de correção.

A firma Ducôco Agrícola S/A, envolvida na questão, interpelava a Funai sobre a área delimitada, considerando-a de sua propriedade. Ela garantia ser dona das terras reclamadas pelos índios sem, no entanto, oferecer documentação.

 29 de Setembro/93

Juíza concede medida cautelar sustando demarcação de tremembé

Procurador questiona decisão alegando ser inconstitucional

Medidas cautelar, com pedido de liminar, proposta contra a Funai e a União Federal, foi concedida pela juíza Germana de Oliveira Moraes, da Terceira Vara da Justiça Federal, sustando provisoriamente a demarcação de terras dos índios tremembés. A inciativa causou estranheza á maioria das 400 famílias que lutam há anos na Justiça pela posse de 4.900 hectares de terras indígenas localizadas no município de Itarema, á 270 quilômetros de Fortaleza.

A Juíza baseou seu despacho no fato de que existe um processo em tramitação em Brasília, contra a Fundação Nacional do Índio, no qual o proprietário da Indústria DuCoco Agrícola S/A disputa o direito de uma grande área que os índios dizem pertencer-lhes. Desde 1982, a indústria comprou nas proximidades a Fazenda São Gabriel e começou o litígio.

"Eles incluíram essas terras como tivessem sido negociadas" — reclama o vice-cacique João Venâncio, 38, que junto à liderança do cacique Vicente Viana, 64, iniciaram uma disputa pela retomada das terras. Este ano, a Funai havia se comprometido que as terras seriam demarcadas. Foi composto um grupo técnico interinstitucional, que deu início ao alinhamento.

"Os índios aceitaram a decisão da Funai, que se comprometeu em sessão pública na Assembléia Legislativa na semana passada, e agora se surpreendem com a decisão da juíza Germana" — considera Florêncio Braga Sales, 38, da missão Tremembé, entidade encarregada de fazer cumprir o que a legislação assegura.

O Procurador da República, Oscar Costa Filho, entrou ontem com recurso junto à Quinta Região da Justiça Federal, no Recife, para cassar a liminar da juíza Germana de Oliveira Moraes. Costa Filho alega que o ato de demarcação de terras indígenas é do Ministério da Justiça e ele não pode ser questionado através de uma liminar feita por um juiz. "Pela Constituição, um ministro só pode ser questionado pelo Supremo Tribunal de Justiça, através de um mandado de segurança" — explica.

Segundo o Procurador, o caso dos índios tremembés está com o Ministro da Justiça, Maurício Correa, há um mês. Costa Filho conta que primeiro foi levantado o problema que na localidade não havia indiogenato. O Ministro pediu uma diligência e 30 dias depois a Fundação Nacional do Índio (Funai) ratificou que há índios natos em Itarema. A Funai já tomou conhecimento da medida cautelar, segundo o Administrador Regional do Órgão, Marcos Clemente.

JOÃO GUIMARÃES

Cacique Vicente Viana enfrenta mais um obstáculo à demarcação

ıgressão a índio tremembé

ɔs no crime e descobrir autores intelectuais do atentado

ıei que ia morrer, pois foram para valer" — ında-feira, ele se sub- tros exames para que e saúde seja avaliado. ales, da Missão Tre- que o clima em Almo- uito tenso e que as s índios continuam. ados de morte o caci- Viana e o segundo ca- Venâncio. Os índios edem ajuda às autori- etentes para que ga- urança dos indígenas. l do Nascimento, 42 hos, diz que seu povo lo pois não tem direi- es, trabalho nas fren- os, assistência médica

Oscar Costa Filho é um dos procuradores da República no Ceará

Nação invoca o direito à terra

A nação Tremembé de Almofala, distrito de Itarema, é a única do Nordeste a ter registro de posse das terras, passado em cartório. As cerca de 400 famílias lutam pela demarcação de 4. 900 hectares de terra, já identificadas pela Funai. Eles integram as 22 nações indígenas nativas do Ceará. Nos séculos XVI e XVII, os Tremembés ocupavam uma faixa litorânea desde o Maranhão ao Ceará.

embés serão investigadas

enção da Polícia Federal diante da tensão em Almofala

posse da terra entre os em Almofala fi- ada com a proximi- o limite para a de- reserva indígena, ıbro deste ano. A e Maria Amélia. Na mpedir a expulsão ancas das terras de- índios pela Funai, o nio apresentou na Legislativa um lo com os nomes de 412 famílias. Segundo o Deputado essas pessoas serão desapropriadas de suas terras.

No entanto, a posse de uma légua e meia está assegurada aos Tremembé, em documento datado de 27 de fevereiro de 1857, e registrado no cartório de Barra do Acaraú, a 18 de março de 1857, pelo vigário Antônio Xavier de Castro e Silva. A doação foi de sua Majestade para "residência e subsistencia dos indios de Almofala". A doação é oriunda da chamada Lei das Terras de 1857, a qual tentava reparar o mal que a Coroa causara aos índios, que dispunham até então de 70 léguas. Agora, com a identificação dos 4.900 hectares pela Funai, os índios só precisam da publicação do despacho da Presidência da Funai e a portaria ministerial que concretiza, oficialmente, a demarcação das terras dos Tremembés em Almofala.

Segundo o Diretor-Regional da Funai, em João Pessoa, Marcos Clemente, a reserva indígena, com quase cinco mil hectares, começará no pátio da igreja de Nossa Senhora da Conceição e irá em direção a praia. A Matriz, com 280 anos de construção, e tombada pelo patrimônio histórico e artístico nacional, poderá ficar na área indígena.

06-05-93

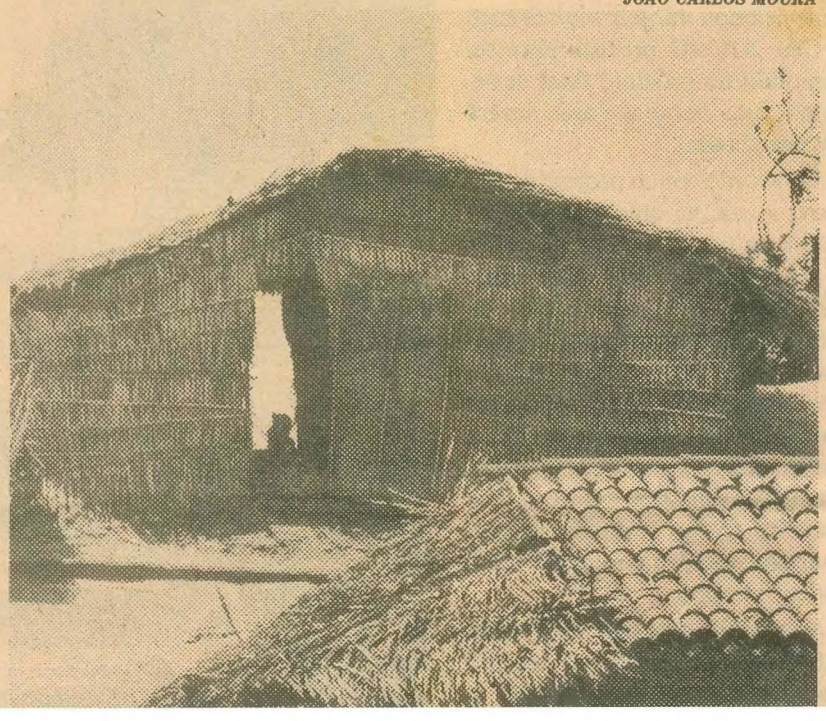
O POVO/CIDADES/MUNICÍPIOS

CONFLITO

Polícia Federal vai investigar atentado contra índio tremembé

José Odécio Marques foi atacado com pauladas em Almofala

JOÃO CARLOS MOURA



O índio tremembé José Odécio Marques foi vítima de um atentado na última terça-feira, confirmando as ameaças de morte que as lideranças do movimento para demarcação das terras índígenas vem sofrendo no distrito de Almofala, em Itarema, a cerca de 220 quilômetros de Fortaleza. Dois agentes da Polícia Federal foram enviados ontem ao local, a fim de trazerem Odécio para Fortaleza, onde será instaurado inquérito na PF para apurar as agressões. Conforme as primeiras informações, o índio foi atacado com paus por seis homens.

"Se o estado dele for grave, a ordem é parar no primeiro hospital, onde ele receberá a proteção dos agentes, já que as lideranças não confiam nos hospitais nem na Polícia da região" — explicou o Pro-

Cartório registra a posse da terra

Os Tremembés de Almofala, em torno de 400 famílias, são a única tribo do Nordeste e uma das poucas do Brasil a ter a posse de um pedaço de terra registrada em cartório no século passado. Esse documento ratifica a identificação pela Funai de 4.900 hectares de reserva para demarcação. A Fundação também identificou nessa área, 26 proprietários de 33 posses, que são os que devem sair quando as terras forem demarcadas.

CONFLITOS

Índios da comunidade tremembé estão sofrendo ameaças de morte

Missionária denuncia que proprietários são maiores suspeitos

Índios tremembés denunciam à Polícia Federal que estão sofrendo ameaças de morte. A denúncia foi feita na última quarta-feira. Segundo o Delegado-Coordenador da PF, Wilson Nascimento, os tremembés "não sabem os nomes de quem os estão ameaçando".

A missionária Maria Amélia disse que "os índios tiveram notícias que está sendo organizado um grupo de 40 homens, que têm propriedades na área, para invadirem suas casas e matá-los". Amélia também afirma que "um ancião da tribo, José Paulino, recebeu o recado de que ele poderia ser morto".

Conforme a missionária, "o clima de perseguição e ameaças instalou-se desde que a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o laudo antropológico que define a área dos tremembés". A delimitação do território, segundo Amélia, "feriu os interesses dos especuladores".

A PF já tomou providências deslocando dois agentes para a área. Nascimento afirma que a finalidade é "baixar o foco de tensão e apurar a veracidade das denúncias". Segundo ele, "a determinação do superintendente regional Laerte Nobre é investigar com profundidade o que está acontecendo".

JOÃO CARLOS MOURA

Maria Amélia diz que até anciãos da tribo recebem ameaças

INDÍGENAS

Índios voltam a denunciar pressões contra demarcação

Lideranças apontam violência contra tribos

J.C. MOURA

Vicente Viana acusa pistoleiros de ameaça à sua tribo

Índios cearenses voltam a denunciar as dificuldades em relação à questão da demarcação de suas terras. Ontem, as lideranças dos povos Tapeba, Tremembé e Pitaguari foram à sede da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, oportunidade em que reafirmaram as constantes pressões sofridas da parte de grupos interessados em dificultar a ação da Funai, com respeito à sua causa. Denunciaram espancamentos de índios e mortes de animais. O encontro foi promovido pelo Fórum Cearense em Defesa dos Direitos Indigenistas.

O cacique dos Tremembé, Vicente Viana Damasceno, expôs a violência da parte de "pistoleiros armados" que vivem atuando próximo à área. "Dia cinco último, eles espancaram um índio nosso e chegaram a dar tiros. Só não o mataram porque índio é como piolho de cobra" — diz, reforçando a sua tese de resistência.

Alguns índios denunciaram que as poucas criações de animais que eles têm estão sendo dizimadas toda vez que algum deles chega próximo à área "invadida". De 1962, quando começou a luta pela demarcação, até hoje, os índios contabilizam um saldo de três mortes provocadas pelos "capangas", que passaram a circular nas terra da tribo. "Agora mais recentemente, eles tentam nos intimidar com o envio de policiais de Itarema e Itapipoca" — conta o cacique, interessado em que a comunidade cearense se conscientize do drama que a nação Tremembé está vivendo há mais de 30 anos.

"Eles dizem que não existem mais índios, mas o patrimônio vivo de Almofala é a nossa gente. O nosso sangue é o mesmo dos nossos pais" — comentou o cacique, acreditando que a palavra da Justiça será em favor dos três mil indígenas que restam de sua tribo.

Processo passa por correção

Para o Administrador-Regional da Funai, Manoel Marcus da Silva, a questão dos índios Tremembé está sendo avaliada atualmente em nível de Brasília. Já foram providenciadas a identificação. O processo, no entanto, foi devolvido com pedido de correção.

A firma Ducôco Agrícola S/A, envolvida na questão, interpelava a Funai sobre a área delimitada, considerando-a de sua propriedade. Ela garantia ser dona das terras reclamadas pelos índios sem, no entanto, oferecer documentação.